

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - INDSH

HOSPITAL REGIONAL DO MARAJÓ

(CNPJ 23.453.830/0004-12)

Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 - Em Reais (R\$)					
Balanco Patrimonial			Balanco Patrimonial		
	Nota	2021	2020		
Ativo				Circulante	
Circulante		5.012.284	5.132.073		5.238.431
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.680.978	3.991.365	Fornecedores	10 2.429.242
Contas a receber	5	-	-	Obrigações trabalhistas	11 2.181.567
Estoque	6	781.952	932.049	Obrigações sociais	12 304.426
Adiantamento a funcionário		84.635	73.760	Obrigações fiscais	146.553
Adiantamento a fornecedores		445.058	114.409	Outras contas a pagar	176.643
Outros créditos		14.592	14.592	Não Circulante	3.776.781
Despesas antecipadas		5.069	5.898	Receitas diferidas	13 2.429.601
Não Circulante		9.854.320	8.883.727	Partes relacionadas	1.347.180
Contas a receber	5	6.694.453	6.694.453	Patrimônio Líquido	15 5.851.392
Partes relacionadas	9	-	156.746	Patrimônio social	5.804.008
Depósitos judiciais	14	316.505	316.505	Superávit/(Déficit) acumulado	47.384
Imobilizado líquido	7	116.349	90.726		(538.627)
Intangível líquido	8	-	11.817		
Imobilizado - contrato de gestão líquido	7	2.727.013	1.613.480		
Total do Ativo		14.866.604	14.015.800		

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Patrimônio Social (Déficit)	Superávit/ acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2019	6.402.918	(58.097)	6.344.821
Incorporação ao patrimônio social	(58.097)	58.097	-
Ajustes patrimoniais	(4.804)	-	(4.804)
Déficit do exercício	-	(538.627)	(538.627)
Em 31 de dezembro de 2020	6.340.017	(538.627)	5.801.390
Incorporação ao patrimônio social	(538.627)	538.627	-
Ajustes patrimoniais	2.618	-	2.618
Superávit do exercício	-	47.384	47.384
Em 31 de dezembro de 2021	5.804.008	47.384	5.851.392

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: Hospital Regional do Marajó compõe a rede de regionalização dos serviços de saúde do Governo Estadual do Pará. Atende patologias de média e alta complexidade, com centro cirúrgico de alta tecnologia com UTI adulta, infantil e neonatal, atendendo a população dos municípios de todo o 8º Centro Regional de Saúde, composto pelas cidades de Bagre, Currallinho, Anajás, Portel, Melgaço e Gurupá, totalizando um universo de quase 300 mil pessoas atendidas. O atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita. O HRP tem 53 leitos, além de unidades de urgência e emergência, sete leitos de UTI adulta, cinco de UTI pediátrica e cinco de UTI neonatal. Os serviços oferecidos são obstetrícia, cirurgia geral, ortopedia, oftalmologia, cardiologia, clínica médica, exames laboratoriais por imagem e métodos gráficos. Possui um centro cirúrgico e obstétrico com três salas cirúrgicas e uma de recuperação pós-anestésica. Unidade ambulatorial, com cinco consultórios. **b) Contrato de Gestão:** O Hospital Regional do Marajó é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), 06 de setembro de 2010, sendo atualmente por meio de contrato de gestão nº 038/SESPA/2015, vigente até 20/03/2022. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito

	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja renovação para o triênio de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023 foi protocolada em 07/10/2020, junto ao Ministério da Saúde o qual se encontra pendente de julgamento. A Entidade tem a manutenção de sua certificação até a publicação da decisão pelo Ente Público, conforme previsto no artigo 24 da Lei 12.101/2009. **2. Apresentações das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 14 de março de 2022. **2.2. Base de mensuração e apresentação:** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4. Principais práticas contábeis: a) Caixa e equivalente de caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **b) Estoques:** São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. **c) Ativo imobilizado:** Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. **d) Ativo intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software. **e) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **f) Julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza

Demonstração do Superávit/Déficit			
	Nota	2021	2020
Receitas Operacionais		45.735.435	41.445.892
Serviços prestados pacientes SUS		45.735.435	41.445.892
Custos		(35.907.289)	(33.780.479)
Pessoal e encargos		(12.364.251)	(15.818.253)
Serviços de terceiros		(16.998.921)	(12.242.709)
Materiais e medicamentos		(6.544.117)	(5.719.517)
Despesas		(9.735.815)	(8.152.592)
Pessoal e encargos		(3.091.063)	(3.060.677)
Despesas gerais	16	(6.588.241)	(5.026.784)
Impostos, taxas e contribuições		(18.093)	(9.536)
Depreciação/amortização		(403.611)	(425.698)
Outras receitas e despesas operacionais		365.193	370.103
Finanças, Líquidas		(44.947)	(51.448)
Despesas financeiras		(140.348)	(103.758)
Receitas financeiras		95.401	52.310
Superávit/(Déficit) do Período		47.384	(538.627)

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto			
	Nota	2021	2020
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Superávit/(Déficit) do exercício		47.384	(538.627)
Ajustes para Conciliar o Resultado			
Depreciação/amortizações		403.611	425.698
Superávit/(Déficit) Ajustado		450.995	(112.929)
Variações no Circulante das Contas de Ativo e Passivo		642.000	574.670
(Aumento)/redução de outros créditos		(341.524)	2.524.311
Redução/(aumento) de estoques		150.097	(387.210)
Redução de despesas antecipadas		829	1.302
Aumento/(redução) de fornecedores		270.615	(1.220.229)
(Redução) de obrigações trabalhistas		(114.927)	(9.845)
(Redução)/aumento de obrigações sociais		(44.044)	41.852
(Redução) de obrigações tributárias		(38.697)	(8.881)
Aumento de outras obrigações		4.819	170.615
Aumento/(redução) das obrigações - não circulante		752.214	(532.441)
Ajustes patrimoniais		2.618	(4.804)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais		1.092.995	461.741
Atividades de Investimentos		(1.530.950)	(556.362)
Aquisição de imobilizado		(1.530.950)	(556.362)
Atividades de Financiamentos		127.568	(111.734)
Transações com partes relacionadas		127.568	(111.734)
Redução no Caixa e Equivalentes de Caixa		(310.387)	(206.355)
Varição em Caixa e Equivalentes de Caixa	(Nota 4)		
Saldo existente no início do exercício		3.991.365	4.197.720
Saldo existente no final do exercício		3.680.978	3.991.365
Redução no Caixa e Equivalentes de Caixa		(310.387)	(206.355)

relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. **Provisões para riscos judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. **Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa:** É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. **g) Apuração do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **h) Reconhecimento de receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. **i) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **j) Ajuste ao valor presente de ativos e passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2019 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **l) Patrimônio líquido:** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido à sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **m) Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3. Impactos da Covid-19 nas Ope-**